



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 39, de 2025**

Autoriza o Poder Executivo a alienar, de forma gratuita, lotes urbanos, no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal.

**1 - Do Relatório:**

Em respeito a determinação do art. 35, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, após parecer favorável apresentado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Controle, a Comissão de Serviços Públicos da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, apresenta o presente parecer sobre a análise mérito do projeto de Lei nº 39/2025 proveniente da Prefeitura Municipal, que autoriza o Poder Executivo a alienar, de forma gratuita, lotes urbanos, no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal.

Conforme exposto na justificativa que acompanha a proposição, trata-se de medida legítima para combater o *déficit* habitacional. A presente iniciativa legislativa está alinhada com políticas nacionais de habitação e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial o ODS 11 (Cidades Sustentáveis). Ao viabilizar a doação (alienação gratuita) de terrenos para habitação social, o Município cumpre seu papel constitucional de garantir o direito à moradia, reduzindo desigualdades e promovendo justiça territorial.

Temos que o parecer desta Comissão é o seguinte:

**2 – Da análise de mérito:**



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

O mérito da proposição apresenta grande relevância social e inequívoca utilidade pública. Observa-se que a Administração Municipal, ao promover a alienação gratuita dos lotes, busca reduzir os custos para os beneficiários, possibilitando que os terrenos sirvam como contrapartida física e/ou entrada no financiamento habitacional firmado junto à Caixa Econômica Federal. Essa medida contribui de forma direta para a diminuição do *déficit* habitacional local e para a inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a proposta encontra-se alinhada às políticas nacionais de habitação e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial o ODS 11, que visa tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. A previsão de isenção de tributos como ITBI e IPTU durante a fase de implementação reforça a natureza social da iniciativa e amplia sua viabilidade prática.

Diante do exposto, a Comissão de Serviços Públicos entende que o projeto de lei atende ao interesse coletivo, contribui para a justiça social e promove o direito fundamental à moradia digna, razão pela qual opina favoravelmente à sua aprovação.

Por todo exposto, evidente está a relevância e a necessidade da criação deste projeto, que contribuirá para a justiça social e promove o direito fundamental à moradia digna.

### **3 - Conclusão**

Diante do exposto, a Comissão de Serviços Públicos manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 39/2025, entendendo que a proposta contribui significativamente para melhoria dos processos sociais do Município.

Sala das Reuniões, 01 de setembro de 2025.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**



Janizio Moacir Vaz de Resende  
Relator/Presidente

Clodoaldo José Borges  
Vice-presidente

Leonardo Alves Vieira  
Membro